



ACÓRDÃO Nº 450/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11438/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anuais.
- 3- **Órgão:** Câmara de São Paulo de Olivença.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Advogado:** Juarez Frazão Rodrigues Junior - OAB/AM 5851.
- 6- **Responsáveis:** Sr. Maicon Maciel Ribeiro Martins, Presidente da Câmara e ordenador da despesa à época.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2063/2018-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anuais. Câmara de São Paulo de Olivença. Exercício de 2016.

Irregularidade. Multas. Prazos.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da Proposta de Voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de São Paulo de Olivença, de responsabilidade do **Sr. Maicon Maciel Ribeiro Martins**, Presidente da Agência e Ordenador, exercício 2016, nos termos do art. 1º, II, art. 22, III, alíneas a e b, da Lei nº 2.423/1996 e artigo 188, § 1º, inciso III, alíneas a e b, da Resolução TCE nº 04/2002;
- 10.2- **Aplicar Multa** ao **Sr. Maicon Maciel Ribeiro Martins** no valor de **R\$ 15.000,00** (quinze mil reais) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, sendo que seu recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**, nos termos do art. 54, inciso II da Lei 2.423/1996 c/c art. 308, inciso VI do RI-TCE/AM, pelo cometimento de graves infrações às normas legais ou regulamentares, conforme verificado abaixo:
 - 10.2.1- Item 01 da DICREA, violados os ditames do art. 32, inciso II, alínea ‘h’ da Lei AM nº 2.423/1996;
 - 10.2.2- Itens 02 e 03 da DICREA, violados os ditames do art. 48, caput, e o art. 55, §2º, da Lei Complementar nº 101/2000;
 - 10.2.3 - Itens 01 e 02 da DICAMI, violados os ditames do art. 94 da Lei nacional nº 4.320/64;
 - 10.2.4 - Item 03 da DICAMI, violado o art. 74, caput, incisos e § 1º da CRFB1988;
 - 10.2.5 - Item 05 (alínea c) da DICAMI, pelo descumprimento dos arts. 195, §3º, da CRFB-1988; arts. 27, IV e 29, I, II, III e IV, da Lei nº 8.666/93; art. 27, ‘a’, da Lei nº 8036/96; arts. 47, I, ‘a’, da Lei nº 8.212/91;



ACÓRDÃO Nº 450/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.2.6- Item 05 (alínea d) da DICAMI, pelo descumprimento do art. 38, inciso VI, da Lei Nº 8.666/93;

10.2.7- Item 08 da DICAMI, pelo descumprimento art. 29-A, inciso I da CRFB1988;

10.3- **Aplicar Multa ao Sr. Maicon Maciel Ribeiro Martins** no valor de **R\$ 13.152,36** (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos), que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, sendo que seu recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**, nos termos do art. 32, inciso II, alínea 'b' e do art. 54, inciso VI, todos da Lei Orgânica deste TCE-AM c/c art. 308, inciso II do Regimento Interno também deste TCE/AM, considerando o descumprimento da Lei Complementar nº06/1991, art. 15, c/c o art. 20, inciso II, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000 (item 04 da DICAMI).

11- Ata: 24ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 10 de Julho de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Desterro Xavier e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mário Manoel Coelho de Mello.

13.1 – Auditor Presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES

Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral